

INTOLERA-ME QUE EU INTOLERO-TE: o crime organizado no Brasil contemporâneo¹

Rafael Guarato*

Resumo: O artigo trata de dois momentos do “crime organizado” no Brasil, década de 1970 e o ano de 2006 (marcado pelo levante do PCC em São Paulo). Trabalha com o referencial teórico: Intolerância e discute o tema na produção de recursos e materiais didáticos do ensino médio.

Palavras-Chave: Crime Organizado. Intolerância. Livro Didático.

Abstract: This paper is about the “organized crime” in Brazil, inserted in two periods, i.e. the 1970s and the year of 2006 which is marked by the rising of PCC in São Paulo. We study “Intolerance” and discuss the production of resources and didactic material of the medium level (high school).

Keywords: Organized Crime. Intolerance. Textbook.

“Não sou o dono da verdade, mas tenho minha história.”
(Thaíde)

Introdução

Neste artigo procurei trabalhar com representações historicamente construídas por estudiosos, críticos, jornalistas, promotores, artistas, a respeito do crime organizado com o objetivo de compreender a complexa relação que criou e consolidou a criminalidade oriunda do processo que envolve uma intolerância recíproca, no Brasil, desde meninos de rua até empresários, promotores, juízes e a presidência da república. Nesse sentido, concebemos o Brasil de ontem e de hoje como gestor de uma forte tendência social ao crime, devido a suscitações de desejos e carências da população de um lado e as frustrações destes ao depararem com suas limitações.

¹ Este artigo é fruto de discussões realizadas na disciplina Oficina de Prática Pedagógica I, ministrada pelos Professores Ms. Florivaldo Paulo Ribeiro e Dr^a. Vera Lúcia Puga.

* Pesquisador vinculado ao POPULIS (Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som). Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

A temática acerca do crime organizado é algo presente no cotidiano dos brasileiros, seja por intermédio da televisão, do rádio, da imprensa escrita, da música ou até mesmo na esquina de casa e no trabalho. Vivemos em uma sociedade que conseguiu gerar facções criminosas que alcançaram o nível de organizadas, no sentido literal da palavra. Mas como esses sujeitos se inserem em tal prática? Por quê? Quais as motivações? De que forma o Estado, os meios de comunicação de massa, as diversas faces da sociedade e principalmente os livros didáticos lidam com essa realidade? Essas e outras questões serão abordadas no decorrer do presente texto, articulando-as com o conceito de intolerância.

De acordo com Paul Ricceur, a intolerância tem uma lógica funcional que trabalha através de dois componentes. O primeiro seria a desaprovação das crenças, costumes, hábitos do outro. E a segunda diz respeito ao poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda, sendo que, quando tal poder de impedir é exercido pelo Estado, a desaprovação torna-se uma condenação pública.²

Por esse viés pude perceber múltiplas intolerâncias como a do Estado com aqueles que cometem delitos tidos pela legislação brasileira como criminosos, culminando na sua reclusão em complexos carcerários. Essas pessoas, por sua vez, organizam-se e contra-atacam o Estado, por meio de uma expressão da coragem de viver e da enorme dificuldade de encontrar seu lugar numa sociedade que o rejeita. Em contra partida, o Estado assume durante anos, uma postura de tolerante, no sentido de não punir quem já está preso, compreendendo por tolerância aquilo que se tolera o que “se desaprova mas não se pode impedir”³. O problema que aqui reside é que a tolerância carrega o estatuto do bem, legando ao outro, nesse caso, o crime organizado, como representação do mal. Entretanto, a tolerância surge onde há indícios de intolerância, pois que sentido teria a existência do bem sem a presença do mal? A questão é que a construção da dicotomia Bem X Mal obscurece as questões sociais, deslocando o foco para uma tarefa imediata, combater o mal, como se a sociedade vivesse separada em dois blocos, num isolamento total. Ao contrário, a sociedade é dinâmica e imbricada em todos os aspectos por pessoas que dizem representar tais definições e mais, todas as pessoas são plurais.

Portanto, o Brasil tem um quadro social tenso, permeado por conflitos que envolvem todos os segmentos da sociedade, sendo que alguns destes segmentos, os mais reacionários, frente a “ameaça” do crime organizado, apóiam premissas

² RICCEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000. p. 20.

³ *Idem*, p. 24.

radicais como a construção de verdadeiras barricadas para separar pobres e ricos, a suspensão temporária dos direitos constitucionais ou o enrijecimento do aparato estatal de repressão com o auxílio do próprio exército, gerando uma outra intolerância, pois estamos lidando com pessoas que matam seus próprios aliados. Mas ora, não há como tomar juízos de valor, condenar, rotular, estereotipar pessoas que vivenciam uma realidade totalmente antagônica às pessoas que têm o acesso a informações, saúde e educação de qualidade, temos que ter em vista o fato de que “no porão da sociedade as regras são outras.”⁴

Tendo em vista que os seres humanos são diferentes entre si e que possuem crenças, hábitos, costumes, pensamentos que não são homogêneos, mas sim múltiplos e plurais, a única forma encontrada para fazer com que todos esses sujeitos, sem exceção, concordem e atuem de acordo com as regras sociais estabelecidas – as quais delimitam o que se pode e o que não se pode fazer – é através da intolerância. Tal medida tomou corpo através da exclusão do outro que pensa e age diferente, e aqui reside o fundamento de instituições como as prisões, os centros de reabilitação, sanatórios, locais destinados à reclusão do “outro”. No entanto, aqueles que são excluídos, negados pela sociedade estabelecem uma relação de ódio pela rejeição, sendo que “quando o ódio entra em ação, não é mais possível erradicá-lo.”⁵

A proposta aqui é a de investigar até que ponto os livros didáticos exploram o crime organizado e pensar novas possibilidades de estudos para os alunos do ensino fundamental e médio. Para tanto, foram selecionadas três obras destinadas a esses alunos, *Historia Global: Brasil e Geral*⁶, *História*⁷ e *História para o ensino médio*⁸, nas quais serão analisados os conteúdos referentes ao período de 1970 até o momento em que foram redigidos, uma vez que o crime organizado no Brasil, surge em meados da década de 1970.

A ditadura militar e o nascimento do crime organizado

A desigualdade social no Brasil não é algo recente, é histórico, pois estamos falando de um país cuja sociedade foi por longa data estruturada na escravidão. No entanto, o discurso modernizante ancorado nos pressupostos de democracia,

⁴ AMORIM, Carlos. *Op. cit.*, 2003. p.18.

⁵ WIESEL, Elie. Prefácio. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000. p. 9.

⁶ COTRIN, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. Vol. Único. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

⁷ BARBEIRO, Heródoto. / CANTELE, Bruna Renata. / ALBERTO, Carlos. *História*. Vol. Único para o ensino médio. São Paulo: Scipione, 2004.

⁸ VICENTINO, Claudio & DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. Vol. Único. São Paulo, Scipione, 2001. (Série Parâmetros).

liberdade, igualdade não condiz com a realidade nacional. Durante a década de 70, do século XX, foi agravado o quadro social com a ditadura militar, durante a qual os diversos segmentos da sociedade além de não vivenciar a tão falada liberdade, perderam o direito de reivindicação, com a implementação de inúmeros Atos Institucionais – os famosos A.I.s – criados por aquele governo. Nem mesmo os intelectuais, artistas e políticos que não concordavam com o governo e lutavam por melhorias para o povo, o chamado *pessoal da esquerda*, foram poupados, sendo estes cassados, presos, torturados, alguns mortos ou exilados. Em outras palavras, emerge uma intolerância governamental em relação àquelas pessoas que pensam ou agem de forma diferente ao modelo social, político e cultural apresentado pelo Estado.

No ano de 1969 é criado o artigo 27 do decreto-lei 898, da Lei de Segurança Nacional (LSN) pelo governo militar. Tal medida tinha como propósito, eliminar a oposição com a intenção de despolitizar os militantes armados de esquerda, colocando-os presos juntamente com criminosos comuns, assassinos, ladrões, estelionatários, estupradores. Nesse sentido, o presídio de Ilha Grande, na baía de Angra dos Reis, conhecido como “o Caldeirão do Diabo” é exemplar. Tal instituição ficou conhecida como local onde “os presos freqüentavam, era, de fato, uma universidade do crime.”⁹

Houve na Ilha Grande um processo de conscientização dos presos a partir do contato com os militantes de esquerda que indicavam livros¹⁰ e transmitiam informações aos demais internos. Assim, os excluídos, negados pela sociedade governada pelos militares, transmitiram aos presos comuns técnicas utilizadas pela guerrilha urbana, como planejamento para assaltos a bancos, seqüestros, investimento do dinheiro roubado, e outros mais. “O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho.”¹¹ Um fenômeno social, urbano e também político, o crime organizado acredita que é possível reverter o presente vivenciado.

Essas são nuances que acompanham as adaptações, ou seja, as leituras e os diálogos entre os presos causando re-significações. Ao apropriarem-se dos ideais revolucionários, ocorre uma transformação nas formas e nos sentidos dos

⁹ - AMORIM, Carlos. *CV_PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.30.

¹⁰ - Tarefa difícil, se não impossível obter todos os exemplares de obras que circularam no interior do presídio de Cândido Mendes, consegui descobrir algumas como o Manual do Exército Popular de Libertação Nacional do Vietnã contendo técnicas de guerrilha e fabricação caseira de armamento; *Revolução na revolução?* de Régis Debray amigo de “Che Guevara” e defendia “uma vanguarda armada revolucionária”; “Guerra de guerrilheiros”, de autoria do próprio “Che”; “Manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx e Friederick Engels e textos escritos pelo líder revolucionário Carlos Marighela.

¹¹ AMORIM, Carlos. *Op. cit.*, p.58.

textos. Cabendo aqui a noção de *distinção*, isto é, tendo em vista que um texto pode obter múltiplas leituras, que por sua vez causam significações diferenciadas, ou seja, uma distinção entre o que o autor quis transmitir e o que o receptor interpretou ou quis interpretar.

Assim, temos e devemos ter cautela com a historicidade das obras, pois podem ocorrer transformações nas formas e sentidos do texto. Não que as leituras ulteriores sejam arbitrárias, mas existem elementos que ao serem trabalhados fora de seu contexto histórico, ou alteram ou perdem seus significados. Pois “cada forma, cada suporte, cada estrutura de transmissão e de recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações.”¹² Ou seja, o foco neste momento é o receptor, os criminosos comuns, lembrando que enfatizando que aquilo que é recebido se torna diferente do original que foi transmitido, posto que os receptores interpretam, adaptam as idéias, imagens, costumes e tudo o que lhes é oferecido¹³.

Isto posto, podemos compreender como surgiram personagens como William da Silva Lima, o professor, tido como o fundador do Comando Vermelho. No entanto, essa organização a princípio atuou como forma de sobrevivência dentro da prisão, haja vista que existia, e ainda existe, prisioneiros que se reúnem em grupos para atacarem outros detentos com o intuito de roubar, extorquir e estuprar. Tais grupos ficaram conhecidos como falanges. Nesse contexto emerge a falange LSN e depois a falange Vermelha, em 1974, estabelecendo a palavra de ordem “*o inimigo está fora das selas*”¹⁴, passando a compor um grupo de detentos que se ajudavam mutuamente e reivindicavam melhorias no interior dos presídios, tendo como lema central a luta pela Paz, Justiça e Liberdade.

Os anos que vão de 1974 a 1979 são tidos como “a fase boa dessa organização” que passa a planejar fugas em massa com sucesso. A partir daí a organização e os ideais obtidos no interior dos presídios são transpostos para a rua, sendo elaborados e executados inúmeros assaltos simultâneos e resgate de presos aliados, atuando nos presídios e favelas do Rio de Janeiro, ganhando fama e atingindo os jornais locais. Torna-se importante ressaltar que não seria correto afirmar que os presos políticos tivessem a intenção de ensinar os criminosos a se organizarem. O fato é que com o convívio entre ambos, o crime deu um salto qualitativo, organizando-se.

Um fator que passa a dificultar o cerco contra tal organização está no alicerce oferecido pelas comunidades ao crime organizado, fruto de investimentos destes em educação, moradia, saneamento, conseguindo de forma gradual o respeito

¹² CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido – Cultura Escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 44-45.

¹³ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Trad. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

¹⁴ *Ibidem*, p. 100.

dos moradores das favelas. De início os primeiros líderes do Comando Vermelho eram mais idealistas, humanistas, isto é, atuavam com propósitos de igualdade, tratando bem a comunidade que os cerca e criando laços de sociabilidades estruturados no respeito. Mas em meados da década de 1980 com a grande inserção de drogas, o foco é deslocado para o lucro, passando a ser enfatizado o tráfico e as matanças, tomando o sentido de “dinheiro é tudo” e passando a predominar a política do medo e do terror.

Ao me debruçar sobre os livros didáticos, pude perceber que nenhum deles faz menção aos fatos até aqui apresentados, dando preferência a narrar as sucessões presidenciais militares. Citam os Atos Institucionais e a intolerância política, social e cultural do governo militar, mas sem comentar a formação inicial do crime organizado. Cotrin¹⁵ ressalta, na introdução de seu livro, que busca apresentar uma visão geral dos principais tópicos da história, o surgimento da facção criminosa Comando Vermelho durante a ditadura militar, nessa perspectiva, não se trata de um tópico central.

No livro didático História¹⁶, os autores destacam que o foco do livro é trazer informações gerais, voltadas ao mundo do trabalho. O próprio sub-título do livro é sugestivo *de olho no mundo do trabalho* não mencionando a organização conhecida pela sigla CV. No capítulo destinado ao período militar, assim como Cotrin, destaca as ações militares de repressão adotadas no período.

Já o livro de Vicentino e Gianpaolo¹⁷ destaca logo na apresentação a busca e a necessidade da multidisciplinaridade, de tentar passar para os alunos a compreensão da realidade em que vivemos e de enxergar a história enquanto interpretação. No entanto, também deixa a desejar, negligenciando o conteúdo a respeito da gênese do crime organizado no Brasil. Todavia, é mais crítico e aprofundado que os outros dois investigados e possui uma narrativa que estimula a reflexão, fazendo valer as intenções dos autores previamente apresentadas.

A não incorporação do surgimento do crime organizado no Brasil nos livros didáticos aqui apresentados esboça certa negligência para com essa temática, talvez por falta de conhecimento de tal conteúdo por parte de seus autores ou (o que desacredito que seja), ou pode ser por determinação das editoras ou até mesmo do Ministério da Educação, pois sabemos que existe um amplo e burocrático processo para adoção de um determinado material didático. O fato é que a origem das organizações criminais no Brasil, que ocorre durante o governo militar, não é alvo dos livros didáticos.

¹⁵ COTRIN, Gilberto. *Op. cit.*, 1998.

¹⁶ BARBEIRO, Heródoto. / CANTELE, Bruna Renata. / ALBERTO, Carlos. *Op. cit.*, 2004.

¹⁷ VICENTINO, Claudio & DORIGO, Gianpaolo. *Op. cit.*, 2001. (Série Parâmetros).

O PCC

Hoje o crime enquanto organização não é mais privilégio do Rio de Janeiro. Já no início da década de 1990, foi detectada a aparição e atuação do Comando Vermelho no Estado de São Paulo com roubos, planos e prisões, com destaque para o aumento no número de seqüestros. Isto devido à percepção dos excluídos de que os seqüestros de pessoas importantes não eram mais viáveis, por causa da grande participação de pessoas, de investimento e a incerteza do lucro, dando início a uma onda de seqüestros que passaram a ter como alvo os pequenos e médios empresários, comerciantes que apesar de não render muito, oferecem uma maior possibilidade de sucesso.

Creio que com as prisões de membros do Comando Vermelho em São Paulo, deu-se início ao mesmo processo ocorrido no Rio de Janeiro, isto é, presos aprendendo com outros presos, assimilando normas de conduta dentro das casas de detenção para facilitar o convívio no interior do mesmo. A diferença é que não mais vivemos em uma ditadura militar e sim num governo democrático, com participação popular, o que aumenta o desejo e a esperança no discurso de igualdade, liberdade e democracia, os quais acabam sendo jogados no cotidiano, mas não são vivenciados, carregando um sentido vazio e confuso.

No ano de 1993 dá-se início a formação de uma outra facção criminosa de peso, o Primeiro Comando da Capital (PCC) que surge também como organização prisional lutando por melhores condições de sobrevivência, tendo como principais líderes José Marcio Felício, o Geléia e César Augusto Noriz, o Cezinha, que passam a disputar com outras facções como o Comando Democrático da Liberdade (CDL), o Comando Revolucionário do Brasil para o Crime (CRBC) e a Seita Satânica, o poder no interior dos presídios. Enquanto alguns conseguem superar seus modelos, os outros, ao menos, inventam um estilo próprio, que foi o caso do PCC paulista.

Contudo, o PCC se tornou a principal organização criminosa do Estado de São Paulo, oriunda da Casa de Detenção de Taubaté localizada no interior do Estado, onde já estiveram presos integrantes do Comando Vermelho¹⁸, e acredita-se que já se espalhou por todo território nacional, pois estamos falando de um ciclo vicioso, onde criminosos aprendem nas próprias cadeias, organizam-se, fogem ou cumprem pena, prolifera seus conhecimentos fora dos presídios, alguns são presos novamente, repassam os ensinamentos para os demais detentos e inicia-se o processo novamente. Assim, a separação das lideranças dessas organizações – incessantemente realizadas pelo Estado – acaba por multiplicá-las ao invés de destruí-las.

¹⁸ CHRISTINO, Marcio. *Por dentro do crime: corrupção, tráfico e PCC*. São Paulo: Escrituras, 2003. p. 69.

Ao ser formado o PCC, seus fundadores elaboraram um estatuto, ancorado na fidelidade e luta pelos direitos. Assim, como as regras do CV, a diferença é que o PCC pune com a morte os desvios de conduta, ou seja, trata-se de uma organização respaldada por uma legislação que determina direitos e deveres de seus membros, leis estas que substituem, para os membros da organização, as normas estabelecidas pela sociedade brasileira, privilegiando alguns fatores em detrimento de outros. Como podemos perceber, no 7º artigo do estatuto do Primeiro Comando da Capital, segundo esse documento: Aquele que estiver em liberdade “bem estruturado”, mas que esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão.¹⁹

Segundo o pensamento de Hèritier²⁰, nenhuma sociedade fornece plena permissão para matar, *a não ser que esteja de acordo com a lei*. O ponto chave neste momento é que os sujeitos excluídos, trancafiados pela legislação brasileira, criaram suas próprias regras de conduta, as quais vão na contramão do Estado. A população cria novas alternativas de gerir suas vidas. Em outras palavras, eles rejeitam a armadilha social na qual muitos querem aprisioná-la, e afirmam sua legitimidade via ações de contravenção.

No ano de 2001, o PCC deu uma demonstração de seu poderio ao comandar cerca de 29 levantes simultâneos em presídios do estado de São Paulo, mas foi no decorrer do mês de maio de 2006 que o Primeiro Comando da Capital mostrou de fato a que veio²¹. Agora sob a liderança de Marcos Herbas Camacho, o Marcola, conseguiu promover ataques a delegacias de polícia, queimas de ônibus, metralhando bancos, uma série de assaltos e homicídios, mostrando a cara e batendo de frente com o poder público, alegando que: “Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido”²².

Insatisfeitos com a intolerância do Estado e da sociedade, o PCC passa a intolerá-los, gerando um clima de terror ancorado na criminalidade, esboçando seu poderio de intimidação, transformando algumas cidades brasileiras, mas principalmente São Paulo, num verdadeiro campo de guerra, onde qualquer pessoa pode se tornar a próxima vítima. Diante dessa onda de terror, começa a emergir inúmeros meios que apontam para uma saída viável, mas que no entanto, acaba

¹⁹ AMORIM, Carlos. CV_ PCC: a irmandade do crime. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 388.

²⁰ HÉRITIER, Françoise. O eu, o outro e a intolerância. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

²¹ Até o presente momento acredita-se que o estopim para a crise comandada pelo PCC foi a descoberta por parte da facção criminosa, de uma fita de áudio que continha gravações de uma reunião secreta da Segurança Pública de São Paulo e que teria revelado o conhecimento dos delegados sobre as facções criminosas e de uma possível transferência de líderes do PCC para outras casas de detenção.

²² Estatuto do PCC, 16º artigo, obtido em: AMORIM, Carlos. *Op. Cit.*, 2003. p. 390.

por reforçar o ciclo da intolerância, com reportagens e matérias partindo do pressuposto do medo e suscitando mais a exclusão e a repressão, negando cada vez mais as possibilidades de ascensão do outro.

No domingo, 21 de maio de 2006, José Serra declarou no Jornal Folha de São Paulo que “as democracias reconhecem que apenas ao Estado é facultado o uso legítimo da força. Muitos não se dão conta da sabedoria desse princípio”²³. Ancorando seu discurso na legalidade do Estado agir de forma repressiva, reconhecendo uma situação de guerra e ressaltando que “o inimigo é o crime. Vamos combatê-lo. Vamos eliminá-lo”²⁴. No entanto Serra não deixa claro qual o caminho para eliminar o crime, deixando brechas para adaptações confusas, como a utilização de meios mais enérgicos, ou seja, de mais violência, resolvendo a intolerância com intolerância.

Dando continuidade à uma série de alternativas, que na verdade não fornecem meios concretos capazes de resolver de fato o problema, encontrei a opinião de um ex-membro da Anistia Internacional, Ives Gandra da Silva Martins, que pensa ser preciso endurecer as medidas a serem tomadas, destacando ser preciso “*isolar, sem possibilidade de comunicação.*”²⁵ Essa forma de pensar predominou, como se o bloqueamento de celulares pelos operadores resolvessem os problemas sociais do país, que gerou e continua fomentando o crime organizado ou que proibissem a comunicação entre os presos.

Outras reportagens reforçam a idéia de copiar os modelos de sistemas prisionais e os códigos penais de países da Europa e Estados Unidos, como se num passe de mágica o governo pudesse transpor toda uma legislação e um modelo de controle social e reclusão historicamente construídas para uma realidade social totalmente diversa à encontrada no Brasil atual. O que presenciamos é um deslocamento da questão principal, cabendo a nós, historiadores e professores de história, o papel de perceber além do que tentam nos inculcar²⁶.

Sendo assim, alguns dos pontos que podem e devem ser abarcados acerca do objeto aqui analisado, refere-se à realidade enfrentada no mercado de trabalho brasileiro. Ele atende às necessidades da população? Quantos desempregados existem? Os trabalhadores que estão empregados recebem uma quantia que satisfaça suas carências diárias? E a educação? Conseguem propiciar a todos uma verdadeira qualificação? Quais oportunidades foram dadas àquele sujeito

²³ SERRA, José. O inimigo é o crime. *Folha de São Paulo*: Tendências/Debates. Domingo, 21 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.172. p. A-3.

²⁴ *Idem.*

²⁵ MARTINS, Ives Gandra da Silva. O crime organizado. *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates. Segunda-feira, 22 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.173. p. A-3.

²⁶ GULLAR, Ferreira. Papo brabo. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. Domingo, 28 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.179. p. E-10.

que optou pela vida do crime? Ele tem escolaridade? Teve acesso a um mercado de trabalho justo? Enfim, ele teve outra opção real de sobrevivência digna? Você já viu plantação de maconha ou laboratórios de crack e cocaína nas favelas brasileiras? Os criminosos fabricam armas? De onde vem todo esse arsenal que possibilita aos bandidos enriquecerem e atuarem com tanta facilidade? Essas são algumas das questões que devem ser colocadas ao se tratar de crime organizado, pois nada acontece da noite para o dia, tudo faz parte de um amplo e longo processo, o qual deve ser analisado com atenção desde seus primórdios para que não cometamos erros de julgamento. Não estou defendendo o P.C.C, mas sim denunciando que existe uma parcela de contribuição por parte do falho sistema governamental brasileiro.

Os livros didáticos e os crimes organizados

Ao me debruçar sobre os três livros didáticos aqui propostos para análise, deparei-me também com a ausência de discussões acerca do PCC, sendo que em dois deles, nem sequer citam o aumento da criminalidade. Na obra de Gilberto Cotrin de 1998, o período pós-ditadura é intitulado “*Brasil Contemporâneo*”²⁷ e no livro “*História*”²⁸ de 2004 o mesmo corte cronológico recebe a nomenclatura de *Civis de volta à presidência*. Ambas realizam um panorama geral da vida econômica e política do país, as mudanças de planos econômicos, moedas, processo inflacionário, estabilização, crises, corrupção, propaganda, mas não mencionam fatos sócio-culturais que permearam a vida nacional nesses anos que vão, no caso de Cotrin, de 1985 a 1998 e na obra de Barbeiro, Cantele e Alberto de 1985 ao ano de 2003, com exceção do Movimento dos Sem Terra (MST) que nos dois livros é rapidamente citado.

Ao final do capítulo, Cotrin destina apenas duas questões à “reflexão”, que, no entanto, não estimula tal forma de pensamento, haja vista que não acrescenta nada de diferente do apresentado no decorrer do texto. No livro História, ao final do capítulo os autores organizaram uma seção chamada: Arte em destaque, onde pontuam algumas obras artísticas de importância no tema estudado no capítulo, citando filmes como Cidade de Deus (Fernando Meireles) e Carandiru (de Hector Barbenco). Entretanto não realizam em momento algum uma prévia apresentação dos mesmos, sendo estes, legados a segundo plano.

A terceira obra investigada é de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a qual também prioriza os planos políticos / econômicos e os processos eleitorais dos anos que vão, neste livro, de 1985 a 2000 e sendo denominado de “*O Brasil*

²⁷ COTRIN, Gilberto. *Op. cit.*, 1998.

²⁸ BARBEIRO, Heródoto. / CANTELE, Bruna Renata. / ALBERTO, Carlos. *Op. cit.*, 2004.

*atual*²⁹. O diferencial encontrado nesse livro didático é fato dos autores ressaltarem a condição de consumo da população, discute um pouco o ganho de expressão da reforma agrária, citando o MST, e ao final do capítulo, o livro instiga o leitor, ao colocar uma foto de um assalto a ônibus ocorrido no Rio de Janeiro em 2000, seguida de uma legenda onde é destacado que:

A miséria e o desemprego são fatores da escala da violência nas grandes cidades brasileiras. A eles junta-se a superpopulação, a expansão do tráfico de drogas e a falência das polícias, todas contribuindo para fomentar o clima de quase guerra civil urbana.³⁰

Assim, em apenas meia página, os autores concluem o capítulo, enfatizando que não importam as medidas político / econômicas se não forem acompanhadas de projetos que melhorem as condições sociais, isto é, apesar de não abarcar a temática do crime organizado, o livro abre brecha para que o professor possa inserir a discussão em sala de aula.

Mesmo levando em consideração que os livros analisados são de 1998 (Cotrin), 2001 (Vicentino / Dorigo) e 2004 (Barbeiro / Cantele / Alberto), impossibilitando que seus autores tenham vivenciado a eclosão do PCC em 2006, não justifica a carência da abordagem de tal prática criminosa, uma vez que todas as obras analisadas contam com historiadores, cujo ofício é produzir uma história que não foque apenas os grandes fatos e os grandes feitos de grandes homens.

Sugestões didático-pedagógicas

Tendo em vista a inexistência de uma temática no livro didático, torna-se necessário pensar em outras alternativas para inserir tal conteúdo. Isto posto, proponho a utilização da imprensa escrita e obras redigidas por promotores, jornalistas, músicos, sociólogos sobre o tema, tal como tenho utilizado, não por acaso, ao longo deste texto, além de músicas que se dedicam a comentar a criminalidade organizada.

Passarei agora a tentar demonstrar como a música pode ser um importante instrumento de aprendizagem. Para tanto, o gênero musical escolhido é o rap (abreviação de rhythm and poetry; ritmo e poesia) e que faz parte de um movimento artístico-cultural mais amplo que é o hip hop.³¹ O rap baseia-se na oralidade, a

²⁹ VICENTINO, Claudio & DORIGO, Gianpaolo. *Op. cit.*, 2001. (Série Parâmetros).

³⁰ *Ibidem*, p. 660.

³¹ GUARATO, Rafael. Você disse hip hop? Afinal, o que é hip hop? *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Uberlândia: Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia e Programa de Pós-Graduação em História. n.º. 33 – Ano 18, 2005. p 222-232.

qual é representada em forma de canções e depoimentos, através dos quais os sujeitos lembram, constroem e narram o cenário urbano moderno em que vivem, histórias de vida que ao serem explicitadas formam uma memória urbana fornecendo novas percepções a respeito do tempo e espaço, utilizando a música como linguagem de denúncia social, como crônica da realidade imediata.

A utilização do rap enquanto recurso de ensino em história tem grande probabilidade de êxito, haja vista que a maioria das atividades propostas nos livros didáticos não costuma atrair os alunos, uma vez que apenas reforça o conteúdo anteriormente apresentado no capítulo estudado, e em muitas vezes os temas abordados nos textos são distantes da realidade dos alunos e não despertam seu interesse. Com o intuito de buscar atividades que motivem nossos alunos, tendo como foco o processo de ensino-aprendizagem enquanto conquista de alunos e professores, proponho a discussão de temas vistos como “marginais”, pois os educadores lidam diariamente com ausência de conteúdos nos livros didáticos.

Por esse viés a música surge como uma importante ferramenta de ensino a respeito do crime organizado. Com essa finalidade, coletei e selecionei três álbuns, sendo eles: *Traficando Informação e Declaração de Guerra* do rapper Mv Bill (aquele do documentário *Falcão: meninos do tráfico*) e *Brazil 1: fazendo justiça com as próprias mãos* de José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, um dos ex-comandantes do Comando Vermelho. Tendo em vista que “além de ser veículo para uma boa idéia, a canção (e a música popular como um todo) também ajuda a pensar a sociedade e a História. A música não é apenas ‘boa para ouvir’ mas também é ‘boa para pensar’.”³²

É preciso tomar a música como uma síntese de experiências, influências, tradições culturais e históricas plurais e que nem todos os ouvintes possuem dispositivos, conscientes ou não para assimilar o conteúdo das músicas, acarretando em díspares leituras de uma mesma canção, pois nem todos carregam a bagagem de experiências transmitidas pela música. Em se tratando de rap isso fica ainda mais evidente, ao conter inúmeras gírias, bordões, ditados que constituem o cotidiano periférico, cabendo ao professor, investigar os significados dessas palavras inseridas em seu próprio contexto, devendo mediar e estimular a reflexão, compreendendo e conduzindo a crítica acerca da temática abordada.

Com o intuito de propiciar a discussão de tal temática, tão comentada ultimamente em sala de aula, este artigo surge como mais um instrumento que pode auxiliar a busca por questões que os livros didáticos não abarcam como é o caso da origem e fortalecimento do poder paralelo.

³² NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História & Reflexões). p.11.

Num sinal da irresistível ascensão e do crescente poderio do crime organizado, ele se torna não só uma organização no sentido pleno da palavra, como também o “passa-tempo” de centenas de praticantes que lotam os presídios brasileiros. Creio que há solução para estes problemas, mas não são as que estão vigorando, uma vez que o indivíduo é preso, seja por bandidagem ou para se auto-sustentar, pouco importa, ele não recebe mais crédito pela sociedade em geral, passa a ser visto somente como marginal, delinqüente, agressivo e uma série de adjetivos pejorativos. Nesse sentido, que a estrutura carcerária nacional ao invés de possibilitar ao condenado atividades que verdadeiramente possam possibilitar seu reingresso na sociedade, ela apenas interna e exclui esse sujeito, criando um ambiente propício à perpetuação do crime. Precisamos de mudanças sim, mas não no sistema judiciário ou carcerário, antes de tudo, temos que rever a atual situação social em que se encontra o nosso querido Brasil.

Referências:

ALVES, César. *Pergunte a quem conhece: Thaíde*. São Paulo: Labortexto, 2004.

AMORIM, Carlos. *CV_ PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ANDRADE, Elaine Nunes de. *Rap e educação rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.

ATHAYDE, Celso / SOARES, Luiz Eduardo / MV, Bill. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AZEVEDO, Amailton Magno. No ritmo do rap: música, oralidade e sociabilidade dos Rappers. IN: *Revista Projeto História*. São Paulo: EDUC, 2001. nº 22.

BARBEIRO, Heródoto. / CANTELE, Bruna Renata. / ALBERTO, Carlos. *História*. Vol. Único para o ensino médio. São Paulo: Scipione, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Trad. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

_____. *Formas e sentido – cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHRISTINO, Marcio. *Por dentro do crime: corrupção, tráfico e PCC*. São Paulo: Escrituras, 2003.

COTRIN, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. Vol. Único. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FERREZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.

GAULLE-ANTHONIOZ, Geneviève de. Tolerância e pobreza. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

HÉRITIER, Françoise. O eu, o outro e a intolerância. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História & Reflexões).

RICCEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

VICENTINO, Claudio & DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*. Vol. Único. São Paulo, Scipione, 2001. (Série Parâmetros).

WIESEL, Elie. Prefácio. In: *A intolerância: foro internacional sobre intolerância*. UNESCO, 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

Discografia

BILL, Mv. CD: *Traficando Informação*. Rio de Janeiro: Gravadora Natasha Records / BMG Brasil, 1999.

BILL, Mv. CD: *Declaração de Guerra*. Rio de Janeiro: Gravadora Natasha Records / BMG Brasil, 2002.

ENCINA, José Carlos dos Reis. (Escadinha). CD: *Brasil 1 – “fazendo justiça com as próprias mãos”*. São Paulo: Gravadora Zâmbia Fonográfica, 1999.

Jornal

Folha de São Paulo. Tendências/Debates. Domingo, 21 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.172. p. A-3.

Folha de São Paulo. Tendências/Debates. Segunda-feira, 22 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.173. p. A-3.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Quarta-feira, 24 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.175. p. C-4.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Sexta-feira, 26 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.177. p. C3.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Domingo, 28 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.179. p. C-1.

Folha de São Paulo. Ilustrada. Domingo, 28 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.179. p. E-10.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Terça-feira, 30 de maio de 2006. Ano 86, nº 28.181. p. C1.